



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E A MONITORAR AS POLÍTICAS
PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sra. Deputada Tabata Amaral PDT/SP)

Requer informações detalhadas sobre as atividades de monitoramento e de fiscalização realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor(a) Presidente,

Considerando o grave dano ambiental nos biomas brasileiros, devido ao intenso desmatamento e as queimadas em território nacional, e com base nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de requerimento de informação em requer-se ao IBAMA e ao ICMBio:

- a) Planos e relatórios de fiscalização e monitoramento feitos pelo IBAMA e do ICMBio nos anos de 2017, 2018 e 2019, que apresentem dados dos resultados das fiscalizações e informações como: i) locais priorizados para fiscalizações e monitoramentos; ii) quantidade de autos de infrações aplicados pelas Autarquias; iii) quantidade e tipos de bens apreendidos; iv) quantidade e conteúdo dos embargos feitos pelas Autarquias, v) valor total das multas e vi) distribuição das taxas de multas ao longo dos anos acima citados, levando em conta fatores como região do país, valores e infrações mais cometidas;
- b) Resposta sobre quais foram as medidas adotadas pelo ICMBio e pelo

IBAMA para reagir aos fortes indícios oficiais de aumento do desmatamento na Amazônia, com base nas informações repassadas pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (sistema DETER) desde janeiro de 2019?

JUSTIFICAÇÃO

Em agosto de 2019, o Brasil conheceu um dos maiores desastres ambientais de sua história. A intensa incidência de queimadas nas regiões Norte e Centro-Oeste do país obtiveram ampla cobertura da Grande Mídia e preocupam ambientalistas, organizações nacionais e internacionais voltadas a proteção ambiental e ao cuidado com o ecossistema, diversos setores responsáveis pelo agronegócio sustentável e a sociedade-civil como um todo.

As queimadas e os desmatamentos criminosos na região Amazônica e em biomas como o Cerrado também ganharam intensa repercussão na mídia e na agenda política internacional. Considerada o “pulmão do mundo”, a conservação da Floresta Amazônica é uma pauta globalizada. Diante disso, os desastres ambientais prejudicam o país no estabelecimento e na manutenção de acordos internacionais como Mercosul e o ingresso desse na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Logo, a inércia no combate a este grande desastre, pode afetar negativamente a balança comercial do país e suas taxas de importação e exportação perante outras economias.

Além disso, a exoneração do Presidente do INPE no início de agosto de 2019 e a propagação política que difundiu a desconfiança em relação aos métodos e o levantamento de focos de desmatamento e de queimada pelo DETER (sistema utilizado pelo INPE) desestabiliza o pleno funcionamento das instituições voltadas ao cuidado, a fiscalização, ao monitoramento e a preservação do meio ambiente, podendo ocasionar novos desarranjos no combate a crimes ambientais.

Compreender as políticas e medidas adotadas pelo IBAMA e pelo

ICMBio é uma forma de evitar novos desastres ambientais e crises diplomáticas. Diante disso, é imprescindível que as Autarquias acima atualizem a Comissão sobre as ações tomadas para combater os contínuos focos de incêndio e desmatamento nas Unidades de Conservações (UCs), assim como, repassem informações sobre como se desenvolveram: i) programas de monitoramento; ii) gestão socioambiental; iii) os acompanhamentos das gestões das UCs; iv) as aplicações de multas; v) os níveis de incidência de crimes ambientais e vi) a fiscalização e a proteção ambiental. É necessário ainda a apresentação de um histórico de execução dessas ações, desde 2017, a fim de avaliar evoluções, retrocessos e padrões.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 2019.

Deputada Tabata Amaral
PDT/SP